

MEMÓRIA DA
II Reunião Ordinária da CONAVEG
(Comissão Nacional para a Recuperação da
Vegetação Nativa)
27 de agosto de 2024

27 de agosto de 2024

1. INTRODUÇÃO: OBJETIVOS DA REUNIÃO E AGENDA

No dia 27 de junho de 2024, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional para a Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG). A reunião ocorreu de forma híbrida, no Auditório 1 do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (UnB), localizado no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília.

A reunião contou com a participação de 13 organizações membros da CONAVEG – entre titulares e suplentes –, sendo 6 ministérios, 3 representantes de estados subnacionais, 4 representantes da sociedade civil, e aproximadamente 45 observadores, tendo como objetivos:

- Mapear contribuições de aprimoramento em relação à **Versão Preliminar do PLANAVEG 2025-2028** - construído a partir de 11 reuniões com as Câmaras Consultivas Temáticas (CCTs), 5 seminários técnico-científicos e reuniões bilaterais ao longo do 1º semestre de 2024;
- Aprovar o **encaminhamento da Versão Preliminar do PLANAVEG 2025-2028 à Consulta Pública**;
- Mapear **recomendações para o desenho do capítulo de governança da implementação**, que será elaborado e apreciado pela CONAVEG na III Reunião Ordinária que aprovará a versão final do **PLANAVEG 2025-2028**;
- Definir as **próximas etapas do processo de revisão do PLANAVEG 2025-2028**, incluindo definição de data da III Reunião Ordinária da CONAVEG.

A reunião seguiu o seguinte programa:

MOMENTOS	DESCRIÇÃO
09h00 – 09h20	<ul style="list-style-type: none"> Abertura oficial da II Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG), pela Presidente da Comissão, Secretária Rita Mesquita.
09h00 - 10h00 Mesa de Abertura	<ul style="list-style-type: none"> Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, Sra. Rita Mesquita. Representante da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do IBAMA, Sra. Raquel Lacerda; Diretor Substituto do Serviço Florestal Brasileiro, Sr. Marcus Vinícius Alves. Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sr. João Paulo Capobianco
10h00 - 12h30 Versão preliminar do PLANAVEG: destaques gerais de aprimoramento	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação do processo de revisão e estrutura da versão preliminar do PLANAVEG 2025-2028, com destaque para as premissas adotadas e os principais pontos de melhoria ainda pendentes, pela Diretora do Departamento de Florestas, Fabíola Zerbini. Plenária, aportes e anuência dos membros da CONAVEG.
12h30 -14h Almoço	
14h - 16h30 Governança de Implementação do PLANAVEG: mapeamento de recomendações	<ul style="list-style-type: none"> Contextualização da discussão a partir de aspectos relevantes a serem considerados no capítulo de Governança de Implementação do PLANAVEG 2025-2028, pela Diretora de Florestas, Fabíola Zerbini, e pelo Diretor de Fomento do SFB, André Aquino Plenária com os membros da CONAVEG a partir das perguntas orientadoras: “que atores e respectivos papéis precisam ser considerados na governança de implementação do PLANAVEG?”
16h30 - 17h00 Próximas Etapas do Processo de Revisão do Planaveg	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação dos próximos passos de consulta, aprimoramento e consolidação do PLANAVEG 2025-2028, e desdobramentos imediatos (avaliações periódicas, orçamento e implementação).
17h – 18h Informes Iniciativa Restaura Amazônia: atualização sobre os primeiros editais	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação das diretrizes da Iniciativa Restaura Amazônia diretamente relacionadas ao PLANAVEG 2025-2028, pela Diretora de Florestas, Fabíola Zerbini e pela Diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello. Outros informes: membros e observadores da CONAVEG.
18h - Encerramento	<ul style="list-style-type: none"> Fala de encerramento, pela Secretária Executiva Fabíola Zerbini (designada pela Secretária Rita Mesquita como coordenadora da mesa).

O presente documento sistematiza as principais ideias debatidas, deliberações e encaminhamentos pactuados.

2. MESA DE ABERTURA

Para iniciar a mesa de abertura, **Fabíola Marono Zerbini, Diretora do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**, apresentou os objetivos e pautas da reunião - que foram aceitos pelos membros, e destacando o alcance do quórum necessário para início da reunião. Ela agradeceu a equipe do Departamento de Florestas (DFLO) e de todos os membros das CCTs pela dedicação de esforços e tempo para viabilizar a elaboração da versão preliminar. Adicionalmente, destacou o papel estratégico do PLANAVEG como instrumento de conciliação entre as agendas de conservação e recuperação da vegetação nativa, fundamentais para a proteção da biodiversidade. Posteriormente, ela ressaltou a relevância da CONAVEG como fórum deliberativo da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, e a importância dessa reunião para o momento e contexto atuais da agenda. Para iniciar os trabalhos, convidou os integrantes para compor a mesa de abertura: (i) Rita Mesquita | Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais; (ii) Marcus Vinícius Alves | Diretor-geral substituto do Serviço Florestal Brasileiro; (iii) Raquel Lacerda | Coordenadora de Recuperação Ambiental do Ibama e (iv) João Paulo Capobianco | Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

A mesa de abertura foi iniciada com a saudação de **Rita Mesquita, Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**, que começou o seu discurso com o reconhecimento da equipe do DFLO pela organização e liderança do processo de revisão do PLANAVEG até o momento. Em seguida, ela indicou que a reunião seria o momento de colher o retorno dos membros formalmente instituídos na CONAVEG sobre a versão preliminar do plano, visando a sua subsequente submissão à consulta pública. Rita destacou que ainda haverá tempo até a elaboração da versão final e que o processo envolve um aprimoramento contínuo. Além disso, ela mencionou que o PLANAVEG tem adquirido mais centralidade devido aos eventos extremos climáticos que vêm ocorrendo no Brasil, como os ocorridos no Rio Grande do Sul e no Pantanal. Diante desse cenário, ela enfatizou a necessidade de um senso de urgência para o desenvolvimento do plano, a fim de orientar as políticas públicas e aproveitar a oportunidade da próxima Conferência das Partes (COP) de Biodiversidade, Clima e Combate à Desertificação. Ela observou que dentre essas conferências, as de Biodiversidade será uma chance para o Brasil demonstrar à comunidade internacional seu compromisso com a conservação e a recuperação da vegetação nativa, promovendo, dessa maneira, um modelo de governança que integra esforços públicos e privados para alcançar resultados concretos.

Na sequência, **Marcos Vinícius Alves, Diretor-geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)**, iniciou a sua fala reconhecendo, em especial, o trabalho da diretora Fabíola Zerbini, que, de forma participativa e colaborativa, liderou o processo da revisão do PLANAVEG. Ele destacou que o tema central do plano se alinha diretamente com a própria missão do SFB em torno da sua missão de fortalecer a gestão de florestas no país. Marcos Vinícius mencionou

que, nos últimos anos, a recuperação florestal tem se tornado foco crescente e a necessidade de enfrentamento dessa questão se mostra cada vez mais evidente. Ele apontou que o Serviço Florestal tem direcionado atenção específica para as áreas de florestas de domínio público, considerando esse um marco essencial para o avanço. Além de estabelecer rotas para a implementação, ele ressaltou a importância de uma atuação direta para alcançar os objetivos desejados. Segundo Marcos Vinícius, a meta é fazer com que as áreas que perderam cobertura florestal sigam em processo de regeneração, fazendo com que essa resiliência se torne um motor impulsionador de uma nova economia voltada para a recuperação - ao lado da regularização ambiental de propriedades rurais. Ele expressou o desejo de que, ao passar pela fase de avaliação da versão preliminar do plano, seja possível aperfeiçoar o documento, esperando que a consulta pública traga maior engajamento da sociedade brasileira de maneira eficiente e eficaz. Por fim, ele ressaltou a relevância do Plano, destacando que algumas ações são inadiáveis, e encerrou sua fala agradecendo aos membros que contribuíram para a elaboração do Plano até o momento.

Raquel Lacerda, Coordenadora de Recuperação Ambiental do Ibama, reforçou o papel da instituição no apoio à agenda de restauração ambiental da vegetação nativa associado a inúmeros processos e ações estruturantes. Ela destacou que existe uma oportunidade de compartilhar atribuições com outras organizações, e reconheceu o potencial do IBAMA para contribuir significativamente com essa agenda. Sob a ótica de aprimoramento do PLANAVEG, enfatizou a importância de incluir ações em que o IBAMA é o responsável direto, permitindo ganho de escala, qualidade no monitoramento e na qualidade da recuperação realizada, incluindo áreas recém-desmatadas. Raquel ressaltou que existem múltiplas interfaces do papel do IBAMA e o potencial de contribuição da instituição para essa causa.

Encerrando a mesa de abertura, **João Paulo Capobianco, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, destacou os esforços contínuos do MMA no combate ao desmatamento e na estruturação do Plano Clima, que abrange mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Ele elogiou os resultados positivos do PPCDAM na redução do desmatamento da Amazônia, mas também reconheceu os desafios enfrentados pelo PPCerrado para alcançar o desmatamento zero. Capobianco ressaltou a importância de coordenar os esforços de oito setores no Plano Clima de Mitigação, visando a recuperação de 12 milhões de hectares até 2030 e a integração de ecossistemas na agenda de recuperação. Por fim, o Secretário afirmou que o momento atual é positivo e destacou que a CONAVEG desempenha um papel central na legitimação social e na credibilidade do PLANAVEG. Ele expressou a esperança da redução não apenas do desmatamento, mas também da superação de barreiras para promover a restauração em larga escala, com diversidade e justiça climática.

Rita Mesquita agradece a todos os integrantes da mesa de abertura e convida **Fabíola Zerbini** para coordenar os trabalhos da Comissão, dando sequência na pauta.

3. APRESENTAÇÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DO PLANAVEG

Para iniciar o momento de mapeamento de recomendações para a versão preliminar do PLANAVEG, Fabíola Zerbini destacou os principais aspectos do processo de construção da versão preliminar. Ela detalhou as atividades realizadas e a quantidade de pessoas envolvidas, evidenciando o caráter inclusivo do processo. A diretora também apresentou a estrutura revisada do Plano, enfatizando suas premissas e a conexão entre as estratégias e arranjos de implementação. Por fim, abordou os principais pontos que ainda requerem refinamento, como a revisão dos dados referentes aos passivos em imóveis rurais, a relação complementar entre estratégias e arranjos de implementação, e a necessidade de incluir capítulos específicos sobre governança e próximos passos, além de fortalecer pactos federativos e público-privados, elementos essenciais para a efetividade do PLANAVEG.

Após a apresentação, foi iniciada uma sessão dedicada à escuta do posicionamento de cada membro da CONAVEG sobre pontos críticos e sugestões de melhoria no texto do PLANAVEG 2025-2028 - a partir da versão preliminar encaminhada a todos os membros com antecedência de sete dias.

MEMBROS DA CONAVEG:

Diogo Victor | Casa Civil da Presidência da República

- **Apreciação pelo Progresso:** o processo de revisão do PLANAVEG está seguindo de forma coordenada e engajando esforços;
- **Relação das Estratégias e Arranjos:** a conexão entre estratégias e arranjos ainda não está clara. É necessário evidenciar melhor essa conexão no texto. O slide apresentado foi mais direto e explicativo do que o texto atual;
- **Meta por hectare:** a meta por hectare precisa ser mais bem detalhada para apresentar uma visão mais completa;
- **Terminologia dos Arranjos de Implementação:** Compreendemos o respaldo na orientação do IPEA sobre a terminologia "arranjos de implementação", mas recomendamos avaliá-la para evitar equívocos associados à "governança". Possíveis alternativas incluem "eixos de implementação" ou "componentes";
- **Enfoque nas Estratégias de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima:** o documento enfatiza a função de mitigação das estratégias de recuperação de áreas degradadas. No entanto, é crucial reforçar também o alinhamento com a estratégia de adaptação, destacando a sua relação com o Plano Clima;
- **Tom da Linguagem:** avaliar o tom da linguagem, que atualmente tem uma ênfase crítica. O Plano deve ter um caráter de apropriação nacional, subnacional e municipal. É crucial garantir maior engajamento e, portanto, tratar o Plano como um Plano de Estado, cuidando da linguagem utilizada;
- **Dados de Passivos:** Há uma câmara técnica dedicada a esse tema, e a continuidade do processo está assegurada. O Plano apresenta dados muito agregados, sem

desagregação por bioma, área ou tipologia de intervenção. Embora a categorização possa não ser viável em todas as escalas no momento, é importante indicar no processo quando será realizada, pois será necessária para a elaboração do orçamento.

Suiá Rocha | Ministério do Planejamento e Orçamento

- **Importância da Agenda:** a agenda é fundamental para mitigação e adaptação, e reconheço o grande esforço de articulação da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio) para a sua construção;
- **Descompasso temporal entre meta e prazo:** o Plano vai até 2028, mas a meta é até 2030. Avaliar a indicação de um prazo para revisão até 2030 para cobrir o período;
- **Operacionalização do Plano:** a versão atual do plano tem um carácter mais estratégico e não detalha o operacional. Embora esteja adequada para a consulta pública, é necessário que as ações sejam quantificáveis e acompanhadas por indicadores para medir o engajamento dos setores.
- **Territorialização e implementação:** é crucial pensar em como territorializar as metas, o debate e a implementação no contexto do pacto federativo;
- **Fontes de recursos:** indicar as fontes de recursos para a implementação das ações para tornar o Plano mais factível;
- **Apoio e relação com o PPA:** considerar o monitoramento do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, pois o governo já assumiu compromissos relacionados à agenda de recuperação. A equipe do Ministério está à disposição para apoiar o acompanhamento e estabelecer a relação com o PPA.

Carlos Guedes | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

- **Experiência no Rio Grande do Sul:** a sua leitura do Plano foi influenciada pela recente experiência no Rio Grande do Sul. A questão é como o Plano se relaciona com demandas concretas. Após o desastre no RS, mais de 100 mil hectares de vegetação nativa foram devastados. Os agricultores enfrentam um descompasso entre a agenda de retomada produtiva e de recuperação da vegetação nativa nas propriedades. Há uma necessidade de construir uma nova forma de integrar áreas produtivas e de recuperação. Isso ainda não tem um caminho prático definido, mas é uma reflexão importante;
- **Relevância do Pampa:** nos arranjos de implementação, o gráfico não mostra a dimensão do passivo e sugere que o Pampa não tem a devida relevância para recuperação da vegetação nativa;
- **Conexão com a vida real:** destaca-se que o Plano, considerando seu desenho e estrutura de mensagem, é um instrumento muito poderoso. O desafio é entender como os pontos de contato com a vida real serão abordados, especialmente como os agricultores irão acessar e utilizar os dados;
- **Integração com o SiCAR:** o estado do RS aderiu ao SiCAR federal devido ao colapso do sistema estadual. Em agosto, o CAR voltou a funcionar graças ao SiCAR Federal.

Pergunta: onde está a opção no Sistema para selecionar uso alternativo do Pampa? Do ponto de vista da legislação federal, essa opção não existe, uma vez que a Portaria que autoriza o uso das áreas convertidas no Pampa é estadual.

André Pellicciotti | Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema

- **Linguagem do texto:** a redação do Plano precisa ser revisada para adotar uma linguagem neutra e aplicável como Plano de Estado, evitando destacar o passado. A revisão oferece a oportunidade de aprimorar a primeira versão e proporcionar um ambiente que efetive a restauração nos estados e no Brasil;
- **Matriz de Planejamento:** É necessário estruturar uma matriz de planejamento que inclua riscos associados e fontes de financiamento;
- **Visão por Estados e Biomas:** O Plano deve incorporar uma visão detalhada por estados e biomas, com um esforço contábil para indicar as necessidades dos entes e apoiar a oferta de políticas públicas adequadas aos territórios;
- **Reposição Florestal:** a Reposição Florestal deve ser promovida juridicamente, com foco na recuperação ambiental de áreas de passivo em médias e grandes propriedades. Alguns estados já adotam essa abordagem;
- **CAR e Passivos:** a meta é particionada em APPs. É crucial focar em avanços tecnológicos e identificar o passivo em APPs e RL analisando o CAR como um impulsionador significativo da recuperação;
- **Sinergia com planos estaduais:** o esforço do PLANAVEG é promover sinergia e incentivar os estados a desenvolverem planos estaduais, integrando-os aos PPA e adotando uma abordagem holística. A política de crédito precisa avançar para apoiar a recuperação, incluindo o crédito agrícola e a alocação dos 450 milhões do BNDES para a recuperação da vegetação. No Acre, o PLANAVEG está sendo considerado para a elaboração do plano estadual.

Pollyana Andrea Born | Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema

- **Mudanças no contexto:** o PLANAVEG se baseia muito no CAR. No entanto, quando o módulo de análise for disponibilizado, representará tanto um alívio, quanto um problema, pois os dados das propriedades já estarão desatualizados e teremos que lidar com esse desafio;
- **Planos Estaduais:** é fundamental destacar a necessidade de elaborar planos estaduais específicos. Esses planos ajudarão a desenvolver estratégias mais adaptadas às realidades regionais, contribuindo para uma abordagem federal mais eficaz;
- **Inclusão de Siglas:** é importante incluir uma lista de siglas no documento para facilitar a compreensão e a clareza.

Juliana Ortega | Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema

- Destaque para o desafio de monitoramento e acompanhamento do Plano, em especial no âmbito dos estados.

Rodrigo Junqueira | Aliança pela Restauração na Amazônia

- **Reconhecimento e desafio de comunicação:** a primeira versão do plano foi elogiada. Destacou-se o desafio de ajudar a sociedade civil a compreender que o Plano não é apenas mais um plano, mas algo que se conecta com a realidade e que representa os interesses da população;
- **Conexão com a realidade:** é crucial que o plano se conecte com a realidade das pessoas. Considerando que o uso de quadros tem suas limitações, é importante ponderar a adoção do uso de infográficos ou outros recursos visuais para representar momentos essenciais, que podem ajudar a tornar o plano mais acessível e compreensível;
- **Atribuição de responsáveis:** é importante identificar claramente quem está liderando e apoiando cada macro ação do plano. Isso facilita a comunicação e o direcionamento dos processos;
- **Ausência do nível estadual:** embora os estados apareçam nos arranjos, é necessário incluí-los na introdução para garantir que o pacto federativo esteja explicitamente refletido no plano;
- **Geração de demanda e engajamento:** é fundamental estabelecer mecanismos para criar demanda e engajamento em prol da restauração. Apesar dos avanços em linhas de crédito e financiamento, é necessário garantir que o engajamento ocorra na escala necessária;
- **Tributação e incentivos:** foi entregue uma nota técnica à Secretária Rita abordando a tributação, incentivos e desincentivos para a restauração, de modo a aproveitar a oportunidade para discutir esses aspectos.

Rubens Benini | Pacto pela Restauração da Mata Atlântica

- **Reconhecimento:** o Pacto expressou grande satisfação com o resultado do documento preliminar e produziu várias sugestões de aprimoramento, que serão enviadas para análise do Ministério;
- **Inclusão do manejo integrado de fogo:** o documento menciona o manejo do fogo apenas em Unidades de Conservação (UCs). É crucial avaliar a inclusão de formas adicionais de manejo integrado de fogo, dada a importância deste tema.
- **Inclusão da ANA e setor de saneamento nos arranjos:** a Agência Nacional de Águas (ANA) é mencionada na regularização ambiental, mas, juntamente com o setor de

saneamento, também deveria ser incluída nos arranjos financeiros para desenvolver mecanismos financeiros voltados para a economia da restauração;

- **Revisão do texto sobre tarifação de água:** o trecho sobre a tarifação de água, conforme o resultado dos arranjos financeiros, pode parecer elitista. É necessário revisar a redação para garantir que a restauração não encareça a água e que não afete negativamente as pessoas mais vulneráveis;
- **Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I):** sugere-se criar um programa específico no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), com foco em pesquisa de silvicultura de espécies nativas, dado que a menção atual é bastante modesta. O texto deve refletir essa sugestão de forma mais explícita;
- **Exploração de alternativas além do Código Florestal:** é crucial expandir a abordagem além da implementação do Código Florestal, explorando outros mecanismos e oportunidades. O crédito de carbono e biodiversidade, por exemplo, podem servir como um importante motor para impulsionar a restauração. Sugere-se dar maior ênfase a essa alternativa no Plano;
- **Governança:** o capítulo de governança é essencial e deve incluir detalhes sobre como a implementação será realizada. É importante considerar os coletivos como atores na implementação, uma vez que eles têm uma capilaridade que o governo pode não ter.

Thiago Belote Silva | ARATICUM

- **Reconhecimento:** reconhece que o documento está sólido e reflete a participação efetiva da sociedade civil. Será encaminhado um documento com todas as contribuições para apreciação;
- **Estratégia Vitrine:** ajustar a redação para que a Vitrine da Restauração, atualmente mencionada no texto como projeto, seja apresentada com a clareza de sua importância e função no Plano;
- **Olhar do Cerrado:** é importante que o Plano aborde os ecossistemas não florestais como o Cerrado, e proponha alternativas apropriadas como Sistemas Agrocerratenses, em vez de mencionar apenas Sistemas Agroflorestais (SAFs);
- **Comunidades Tradicionais:** o documento deve esclarecer a inclusão das comunidades tradicionais que são um elo frágil na cadeia de restauração. É essencial garantir que essas comunidades estejam adequadamente representadas e envolvidas;
- **APPs:** considerar APPs que impactam a vida humana, como encostas e topos de morros, e integrar essa perspectiva com Programas de Serviços Ambientais (PSA);
- **Cadeia Produtiva e demanda real:** definir claramente a demanda real e o papel do Código Florestal na cadeia produtiva. É importante ter um banco de áreas já disponibilizadas para a restauração e números claros para gestão e planejamento;
- **Participação das comunidades na comercialização:** garantir que as comunidades tenham um papel efetivo na comercialização de sementes e não sejam prejudicadas por grandes produtores. Buscar formas de gerar vantagem competitiva para as comunidades tradicionais e redes de coletores de sementes;
- **Papel das comunidades nas UCs:** revisar a redação para não limitar o papel das

comunidades ao entorno das UC,s e garantir que suas contribuições sejam reconhecidas e valorizadas;

- **ATER:** esclarecer se o Plano contempla implementadores efetivos e deixar explícito o papel de membros de ATER na implementação das ações. Considerar a necessidade de macro ações para gerenciar recursos e dar escala;
- **Formação e capacitação:** a ARATICUM pretende criar a UNIARATICUM para promover a formação de pessoas e difundir a capacitação necessária para a participação efetiva nas redes de restauração. A ARATICUM se posiciona como um potencial executivo nesse processo de capacitação;
- **Modelo de Negócios e responsáveis:** identificar claramente os responsáveis pelos modelos de negócios da sociobiodiversidade e silvicultura de nativas, incluindo organizações como WWF, TNC e as Redes, e garantir que suas funções estejam bem definidas no Plano;
- **PD&I:** focar em ecossistemas não florestais e áreas de pesquisa relacionadas à mitigação e adaptação às mudanças do clima. Assegurar que o Plano reflita essas necessidades de forma explícita;
- **Aspectos financeiros:** revisar, na seção sobre financiamento, a questão do mercado de carbono para garantir que o documento tenha uma abordagem específica e não genérica, incluindo o marco legal e a consideração dos ecossistemas não florestais, como o Cerrado;
- **Papel dos arranjos:** garantir que o papel de cada arranjo seja claramente definido e compreendido, tanto em termos de articulação quanto de implementação. É necessário ter mais clareza quanto ao papel dos estados e das redes.

Tatiane Menezes | Rede para Restauração da Caatinga (RECAA)

- **Panorama e Reconhecimento:** reconhece a Fabíola e sua equipe pelo diálogo abrangente e pelo funcionamento das CCTs (Câmaras de Coordenação Técnica) e destaca que o mérito do processo está na alta diversidade e na colaboração de todos os atores envolvidos;
- **Governança:** é crucial definir como o PLANAVEG será integrado e executado na prática. A provocação é sobre como o Plano se transformará em ações concretas. As estratégias e macro ações estão bem distribuídas nos arranjos, mas é necessário desenhar uma governança eficaz para garantir a execução adequada;
- **Planos de trabalho:** é importante voltar a dialogar para definir o plano de trabalho e abordar gargalos, como o fornecimento de sementes, financiamento e cronograma de plantio. Superar esses desafios requer um arranjo de implementação detalhado e aprofundado.

Fernanda, representando Jaíne Cubas | Ministério da Agricultura e Pecuária

- **Colaboração Positiva:** destaca-se a relação positiva entre o DFLO e o Ministério da

Agricultura.

- **Áreas dos Departamentos:** (i) Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDF): Meta ambiciosa de promover a recuperação de pastagens degradadas em 40 milhões de hectares e (ii) Rede de Projetos Florestais: Estratégia para conectar projetos florestais a grandes investidores; necessidade de confirmação sobre a continuidade dessa abordagem;
- **Apoio ao Plano:** o Ministério da Agricultura apoia as estratégias definidas no Plano;
- **Participação na recuperação produtiva e PD&I:** observou-se a falta de participação do MAPA e da Embrapa na estratégia de Recuperação Produtiva e em PD&I;
- **Estratégia de engajamento:** sentiu-se a necessidade de uma estratégia de convencimento e engajamento com os executores da restauração. Sugere-se desenvolver um plano de comunicação para considerar a perspectiva de quem está na ponta da execução;
- **Combate a incêndios:** é importante incluir no Plano estratégias de combate a incêndios, conforme mencionado anteriormente.

Camila Stefani | Ministério da Fazenda

- **Reconhecimento:** a iniciativa da CONAVEG é louvável e auxilia o Governo Federal a cumprir suas metas em relação à conservação, redução do desmatamento e adaptação climática;
- **Conexões e sinergias:** o MF tem como compromisso integrar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade, por meio do Plano de Transformação Ecológica (PTE). Além disso, temos outros instrumentos que podem auxiliar em alguns dos objetivos aqui colocados, por meio da Política de Crédito Rural. Dentro do PTE, estamos construindo a taxonomia e no âmbito do G20, estamos mobilizando esforços para a construção do TFFF.

Raoni Rajão | Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial/MMA

- **Relação com desmatamento zero:** enfatizar a importância do PLANAVEG para a estratégia de desmatamento zero, com ações efetivas para reduzir todos os tipos de desmatamento, sejam legais ou ilegais. Metade das áreas desmatadas do Brasil respeitam as regras do serviço ambiental, mas será necessário restaurar para neutralizar o desmatamento para que ocorra a transição florestal como nos EUA e China;
- **Agropecuária e restauração:** na agropecuária, a restauração é crucial. O Código Florestal e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) são fundamentais para essa estratégia. O PLANAVEG estima um déficit de 20 milhões de ha em áreas públicas e APPs e RL. Apenas 1,5% dos cadastros (CAR) foram analisados, o que corresponde à atual demanda por regularização ambiental. A partir das análises do CAR, haverá demanda pela recuperação. Assim, é crucial que a lei seja efetivamente implementada.

REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES VINCULADAS

Alexandre Sampaio | ICMBio

- **Presença do ICMBio:** ressaltou-se a satisfação com a inclusão do ICMBio no PLANAVEG como um ator importante e motor de implementação da política, com presença capilarizada no território;
- **Conservação da biodiversidade:** a conservação da biodiversidade foi incorporada ao plano, destacando o benefício da restauração e a sua importância na revisão;
- **Integração dos setores:** o ICMBio se compromete a buscar e envolver todos os seus setores no processo do PLANAVEG;
- **Papel social das UCs:** foi enfatizado o papel social das UCs e a necessidade de conectar essas áreas e promover os serviços ecossistêmicos. Só criar as UCs não é suficiente, é necessário conectar;
- **Manejo do fogo:** necessário internalizar o manejo do fogo no texto do Plano. É mais vantajoso recuperar a vegetação nativa em áreas de pastagem em UCs para diminuir a incidência do fogo;
- **Engajamento da sociedade:** reforçou-se a relevância de tornar mais fácil e palpável o engajamento da sociedade no processo.

Raquel Lacerda | IBAMA

- **Correlação entre restauração e outras agendas:** citou a importância da correlação entre a restauração, a recuperação da vegetação nativa e outras agendas relevantes, para garantir uma abordagem integrada e eficaz;
- **Aspectos operacionais e governança:** há uma necessidade de clareza sobre os aspectos operacionais do plano. Sugeriu-se a definição de premissas para cada ator envolvido, com orientações claras sobre seus papéis e a transição para planos plurianuais;
- **Normativa e legislativa:** a parte normativa e legislativa do Plano está considerada de forma muito ampla. É necessário ajustar a normativa considerando mudanças recentes, como a alteração no Código Florestal e a eliminação do instrumento ADA, que foi substituído pelo CAR;
- **Incentivos imediatos para o PRA:** é essencial vislumbrar incentivos imediatos para o Programa de Regularização Ambiental (PRA), como o uso do Pagamento por Serviços Ambientais para compensar a adicionalidade e estímulos para recuperação de áreas degradadas;
- **PLANAVEGs Estaduais:** considerar a inclusão de PLANAVEG's estaduais como um aspecto relevante no documento, tendo em vista o pacto federativo;

- **Regularização e Envolvimento de Órgãos:** parte da regularização, envolve a todos do IBAMA e OEMAs (licenciamento e fiscalização/comando e controle);
- **Glossário:** a inclusão de um glossário e a definição de nomenclatura são importantes para garantir a clareza e a compreensão do plano;
- **Discussão sobre ATER:** o IBAMA está disponível para discutir aspectos relacionados a ATER. É importante a figura do responsável técnico para atestar que a área está em recuperação;
- **Indicadores:** é necessário haver um regramento com indicadores de áreas em processo de recuperação e recuperadas;
- **Estímulos e Arcabouço para Recuperação:** é necessário definir o nível de estímulo e incentivo para ações de recuperação, bem como o arcabouço a ser seguido.

Fernando Castanheira | Serviço Florestal Brasileiro

- **Reconhecimento:** destacou o trabalho feito até aqui e que o SFB está em parceria no processo de revisão e implementação do PLANAVEG;
- **Importância da recuperação:** destacar a necessidade de que as pessoas compreendam os benefícios sociais e ecológicos da recuperação ambiental;
- **Ferramentas do SFB:** o SFB oferece concessões para recuperação e mecanismos de fomento para apoiar a restauração.

Leonardo Salgado | Jardim Botânico

- **Reconhecimento:** reconhecimento do trabalho da Secretaria e de todos os envolvidos na revisão e implementação do PLANAVEG;
- **Fomento e regionalização:** sugere-se uma maior especificação no fomento, com a inclusão do CONFAP para aproximar instituições de pesquisa e considerar a regionalização. Cada estado possui características e processos distintos;
- **Envolvimento da SBPC:** proposta para envolver a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na divulgação e no fomento do PLANAVEG na comunidade científica;
- **Temas prioritários de pesquisa:** necessidade de detalhamento sobre temas prioritários de pesquisa e ações a médio e longo prazo;
- **Mercado de Carbono e Biodiversidade:** considerar o mercado de carbono e biodiversidade como potenciais benefícios, dado que tende a ser regulado no futuro;
- **Comunidades tradicionais:** envolver comunidades tradicionais no processo de restauração, com foco na implementação, monitoramento e cálculo de benefícios. Importância de considerar o ICMBio no entorno das UCs.
- **Programas prioritários:** destaque para o EPANB e a diversidade genética como programas prioritários;
- **Mudanças Climáticas:** fomentar pesquisas sobre modelagem para entender os impactos das mudanças climáticas e identificar espécies resilientes;
- **Sementes:** incluir incentivos para bancos de sementes, restauração em áreas urbanas

e sistemas de polinização próximos a áreas produtivas.

Jennifer Viezzer | Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental/ MMA

- **Visibilização da dimensão urbana:** destaca-se a necessidade de integrar a dimensão urbana no PLANAVEG, especialmente ao conectá-lo com políticas já existentes, como áreas verdes e Soluções Baseadas na Natureza (SbN). Enfatizar a importância de considerar áreas urbanas e periurbanas, particularmente aquelas cortadas por rios e onde há situação de vulnerabilidade social;
- **Oportunidades de integração:** existe um grande potencial para trabalhar em conjunto e potencializar iniciativas em áreas urbanas e periurbanas.

Otávio Giadiani Ferrarini | Secretaria Nacional de Mudança do Clima/ MMA

- **Reconhecimento:** agradecimento pelo esforço do DFLO em promover o diálogo e construir um entendimento compartilhado sobre o Plano;
- **Transformação de macro ações em ações operacionais:** enfatiza a importância de converter as macro ações do PLANAVEG em ações concretas e operacionais no território. Embora a figura geral do plano esteja bem desenhada, é crucial detalhar como as ações serão implementadas;
- **Integração com a agenda de mitigação:** a restauração proposta pelo PLANAVEG é fundamental para a Agenda de Mitigação e para o cumprimento das metas da NDC (Contribuição Nacional Determinada). As trajetórias de mitigação por setores destacam a importância da restauração de 12 milhões de hectares;
- **Relevância econômica do Plano:** o PLANAVEG é um elemento estratégico também no aspecto econômico, promovendo a desoneração econômica de outros setores.

CONVIDADOS OBSERVADORES:

Maiara Beckrich | COALIZÃO BRASIL, FLORESTA E AGRICULTURA

- **Reconhecimento:** agradecimento pela participação ativa no processo e satisfação com as incorporações propostas pela COALIZÃO. Os participantes estão satisfeitos com o progresso realizado e encaminharão suas contribuições por escrito;
- **PD&I:** observou-se a necessidade de explicitar o programa de silvicultura de espécies nativas, destacando-o como motor para a transição para uma economia verde e assegurando que tenha os recursos necessários. Sugere-se um modelo de pesquisa em rede para apoiar essas iniciativas;
- **Zoneamento de Espécies:** importância de detalhar o zoneamento edafoclimático de

- espécies nativas, facilitando a implementação de ações de restauração;
- **Investimentos em vegetação nativa:** sugere-se revisar a redação para permitir investimentos em vegetação nativa, especialmente em áreas concessionadas para saneamento;
 - **Revisão de parâmetros:** recomenda-se a remoção de parâmetros relacionados a áreas de alternativas de uso do solo, como plantação de soja e milho;
 - **Conexão entre RECOOPERAR e Central de Recuperação Ambiental:** fazer conexão entre RECOOPERAR e Central de Recuperação Ambiental (alinhamento das plataformas), além do escopo do ICMBio e FUNAI.

Ana Paula | Rede Sul de Restauração Ecológica

- **Valorização de todos os biomas:** é fundamental que o PLANAVEG contemple não apenas florestas, mas todos os ecossistemas brasileiros, como Pampas, Mangues e Campos de Altitude, para garantir um maior engajamento e uma abordagem inclusiva e representativa da diversidade do Brasil. Considerando a escala de passivos ambientais do PLANAVEG, ainda não estão refletidos todos os ecossistemas, como o Pampa, por exemplo;
- **Valorização das Redes de Restauração Biomas:** as redes de restauração biomáticas devem ser valorizadas por sua força de ação e não apenas em momentos específicos. Os eventos climáticos no Rio Grande do Sul demonstram a importância de um esforço contínuo e coordenado. Esse trabalho deve envolver lideranças políticas, consultores, empreendedores e órgãos ambientais para que a restauração seja viabilizada de forma eficaz nos territórios. O pacto federativo precisa se traduzir em ações concretas. Para isso, é essencial utilizar a força dos atores que estão na linha de frente, como as redes, promovendo uma colaboração ativa entre as partes envolvidas;
- **Redes biomáticas na CONAVEG:** o trabalho das redes de restauração, especialmente no vínculo com áreas urbanas rurais (periurbanas), deve ser reconhecido e integrado de forma mais ativa no PLANAVEG. Isso inclui a integração dessas redes na CONAVEG, com assentos permanentes, cumprindo promessa feita anteriormente.

Claudio Almeida | INPE

- **Relevância dos dados:** o movimento do PLANAVEG destaca a importância de fornecer respostas claras e dados sólidos sobre o monitoramento da Vegetação Secundária (VS). A versão preliminar do Plano está bem estruturada e sublinha a importância de avançarmos no monitoramento e na divulgação desses dados como uma. Políticas públicas eficazes dependem da transparência e acessibilidade dos dados públicos. Existem dados de Vegetação Secundária que podem ser utilizados como linha de base. Para a Amazônia, os dados estão disponíveis desde 2018, e para os outros cinco biomas, há dados desde 2018, 2020 e 2022;
- **Revisão da Linha de Base:** é necessário fazer uma releitura dos dados de linha de base

para entender melhor o déficit em relação aos dados oficiais;

- **Formalização e continuidade do TerraClass:** há uma necessidade de formalizar o programa TerraClass, envolvendo INPE, EMBRAPA e IBGE, para garantir uma estrutura interministerial que atenda às demandas de diversos ministérios (MGI, MCTI, MAPA, MMA). A formalização ajudará a garantir a continuidade do programa e sua capacidade de atender a diferentes demandas governamentais;
- **Importância da ciência e tecnologia:** é crucial integrar ciência e tecnologia ao PLANAVEG. A presença do CNPq e Finep e outras entidades de pesquisa deve ser fortalecida no processo;
- **Desenvolvimento de novas tecnologias:** há uma necessidade urgente de desenvolver novas tecnologias para apoiar os objetivos do plano;
- **Linhas de pesquisa estruturadas:** falta a criação de linhas de pesquisa estruturadas que envolvam Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), universidades, entre outros;
- **Custo da recuperação:** há uma grande dificuldade em avaliar financeiramente o custo de recuperação de 1 hectare. É fundamental compreender se o público-alvo tem condições financeiras de fazer esse investimento. É crucial trazer a questão financeira para o centro das discussões, considerando também a necessidade de monitorar os dados após os investimentos.

Fabiola Zerbini encerra a sessão com o "de acordo" de todos os membros para que a versão preliminar do PLANAVEG seja objeto de consulta pública. Destaca ainda que o documento a ser disponibilizado para consulta pública deverá endereçar os ajustes mais críticos dentre os apontados pelos membros da CONAVEG, após análise pela equipe do DFLO/ MMA.

4. GOVERNANÇA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANAVEG

Fabiola Zerbini fez uma fala inicial destacando a relevância da governança na implementação do PLANAVEG e as perspectivas de avanço na consolidação de uma proposta a ser construída no âmbito da CONAVEG, e implementada com parceiros chave como o SFB e outras entidades vinculadas. Ela ressaltou que essa proposta será integrada à versão final do PLANAVEG 2025-2028, e contemplará duas dimensões: uma política relacionada ao processo de tomada de decisão, envolvendo revisão da composição do CONAVEG e eventualmente, a criação de instâncias estaduais/territoriais de tomada de decisão; e outra relacionada à implementação, através da implantação de escritórios locais, conectados aos biomas e/ou outro recorte territorial, que organize e articule iniciativas locais em prol da implementação da política pública. Encerrou afirmando que esse momento da reunião se trata de uma escuta inicial para subsidiar a elaboração futura da proposta que será debatida e aprovada em meados de outubro.

Na sequência, **André Aquino, diretor do Serviço Florestal Brasileiro**, destacou a relevância estratégica do SFB como elo de conexão entre políticas públicas do setor florestal e os projetos

e ações no território, uma vez que atua através de instrumentos concretos como concessões, regularização ambiental e fomento, que contempla inúmeras ações, de assistência técnica a elaboração de projetos e alinhamentos com atores locais. Nesse sentido, vem trabalhando no conceito de polos de recuperação da vegetação nativa, a serem implantados em territórios prioritários. Ele propôs a criação de métodos para identificar essas áreas e desenvolver instrumentos de apoio, para ajudar a escalar as iniciativas de restauração. A ideia central é encontrar maneiras de facilitar esses processos diretamente no campo.

Luciana Martinelli, consultora da Dialógica, ficou responsável por conduzir esse momento da reunião e indicou duas perguntas provocadoras: Considerando os desafios de envolver na governança os âmbitos nacional e subnacional e ainda a dimensão estadual e dos biomas: (1) quais instâncias e atores devem compor a governança de implementação do PLANAVEG? (2) Quais responsabilidades devem ser atribuídas aos diferentes atores envolvidos na governança?

Após as falas iniciais, foi iniciada uma sessão dedicada à escuta de recomendações de membros e convidados da CONAVEG sobre o aprimoramento da governança.

Alexandre Sampaio | ICMBio

- Necessidade de **identificar e incluir os atores que ainda não estão envolvidos, em especial as representações de PIPCTAFs (Povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares)**. Reconhecimento da importância e vulnerabilidade das comunidades locais em ambientes específicos, e os **desafios na sua inclusão e representação efetiva**.
- **O setor agrícola** é essencial e deve estar presente. Foram citados CNA, EMBRAPA e ATER.

Rubens Benini | Pacto pela Restauração da Mata Atlântica

- É importante que **as redes e coletivos biomáticos garantam esse diálogo com as comunidades tradicionais**. Deve-se iniciar a organização por meio desses coletivos e movimentos regionalizados. Necessidade de envolver todos os biomas formalmente, para além do Pacto, para garantir uma inclusão eficaz. A participação da Abema na lógica federativa é muito importante.
- Necessidade de **capacitação abrangente e apoio em todos os níveis e escalas**.
- O Pacto atuará como uma **agência facilitadora para a restauração e apoio na implementação das metas**.
- O Pacto tem um **bom exemplo de governança** e possui a capacidade de capilarizar o diálogo, engajamento e ações público-privadas no território. No entanto, nem todos os coletivos biomáticos têm esse nível de organização, e devem ser fortalecidos.

Thiago Belote Silva | Rede Araticum

- Um exemplo é o da Política Nacional de Recursos Hídricos que traz os Planos de Bacias e Comitês e têm a **agência que executa a ação na paisagem. Esse desenho pode ser uma opção para os biomas em que os movimentos não têm ainda tanta maturidade e organização.** Criação de uma agência público-privada, semelhante às agências de bacia, conectadas às governanças locais.

Carolle Alarcon | Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

- Incluir uma maior **diversidade de setores, como o setor agro, o setor privado e viveiristas, para uma representação mais completa da cadeia.**
- A **CONAVEG** deverá atuar no **âmbito das diretrizes**, mas é importante destacar o seu **papel de articulador interno dentro do governo**, lidando com a sobreposição de todas as agendas relacionadas.
- Importância de garantir a **representação dos coletivos na governança para assegurar que todas as vozes e interesses sejam considerados.**

Rita Mesquita | Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

- O desafio é como levar o **PLANAVEG para todas as políticas e espaços que já existem** e assim garantir a capilaridade nos territórios. Ex. reservas da Biosfera, Mosaicos de UCs, Corredores Ecológicos, Secretarias de Produção Rural. Para isso podemos utilizar as estruturas e instrumentos já existentes. Não é necessária a criação de novas instâncias, mas a articulação das que já existem em processos claros e transparentes de tomada de decisão e alinhamento de ações.
- Alinhar o PLANAVEG com políticas que englobam múltiplos usos da terra.
- Estabelecer um **plano de monitoramento para avaliar o impacto do PLANAVEG**, assegurando que a vegetação cumpra seu papel ecológico e social. Monitoramento é uma instância da governança muito importante, uma vez que conecta os atores de cada território com as práticas que dão concretude à política pública, retroalimentando a mesma a partir das lições, erros e acertos do território;

Renata Nobre | SEMAS Pará

- Importância de a governança dos planos estaduais incluírem a **participação das comunidades tradicionais, a exemplo do Plano Estadual do Pará.**
- Necessidade de revisar a governança para **encontrar a melhor solução e identificar espaços existentes para implementação, em especial na interlocução com os estados na lógica do pacto federativo.**
- Informou que o **Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (PRVN-PA)** tem uma meta de restauração de 5,6 milhões de hectares, o que corresponde a quase metade da meta nacional - alinhamento entre planos é fundamental para o sucesso da política.

Otavio Giadiani Ferrarini | Secretaria Nacional de Mudança do Clima/ MMA

- **Não é preciso criar novas instâncias**, já temos espaços, atores suficientes.
- Na coluna de responsáveis no capítulo de Arranjos, é necessário **definir claramente os papéis e responsabilidades dentro do PLANAVEG**, distinguindo entre responsáveis e apoiadores, e, as distintas esferas (federal e subnacionais), bem como, dos demais atores locais.
- Reconhecer que os **planos estaduais de recuperação da vegetação nativa podem alcançar especificidades** que o plano nacional não consegue, permitindo uma abordagem mais detalhada e local.

Raquel Lacerda | IBAMA

- O **INCRA deve estar presente** devido à demanda de regularização de assentamentos e áreas embargadas e definição de Reservas Legais coletivas.
- Criar uma **estratégia de avanço na implementação do PLANAVEG usando a estrutura e atores existentes**.
- Identificar **ações que podem ser iniciadas imediatamente**, criar um plano de curto prazo para ajudar a coordenar todas as ações. O que podemos começar agora? Mapear recursos e potenciais em comitês de bacia para a implementação do PLANAVEG a curto prazo.
- Aproveitar as áreas de assentamentos rurais, que seriam lugares perfeitos para implantação de viveiros e produção de mudas, e utilizar a força dos **coletivos para demonstrar as potencialidades do PLANAVEG e demonstrar resultados para aumentar a capilaridade**.
- Considerando a questão da bioeconomia deveríamos mostrar o que existe de adicionalidades no CAR e engajar os produtores para recuperar e conservar com base nos incentivos de PSA.

Tatiane Menezes | Rede para Restauração da Caatinga (RECAA)

- Identificar **quais atores e organizações podem priorizar a ação do PLANAVEG**, considerando suas atribuições e agendas.
- Considerar o **papel das instâncias macro e subnacionais na criação de diretrizes e na estrutura de implementação**. Utilizar comitês de bacia e outras ferramentas para garantir uma **conexão eficiente entre estratégias macro e ações territoriais**.
- Desenvolver macro ações e estratégias de implementação com comissões que **integrem diferentes níveis e mantenham diálogo contínuo**.

Ana Paula Rovedder | Rede Sul de Restauração Ecológica

- Todas as instâncias mencionadas até agora podem se tornar parceiras na implementação do PLANAVEG. Necessidade de diálogo com comitês de bacias e secretarias de agricultura e meio ambiente municipais para promover a implementação. Mas antes precisamos criar uma cultura de restauração.
- Explicar o conceito de recuperação de vegetação nativa para todos e alinhar conceitos para evitar desinformação. Devemos garantir que todos os envolvidos compreendam corretamente o conceito de restauração, considerando possíveis informações negacionistas.
- Trazer parceiros como IBAMA e ICMBio para apoiar a criação da cultura de restauração e implementação do PLANAVEG.
- Reconhecimento das investidas na recuperação por parte dos escritórios regionais da EMATER/Ascar. Por exemplo, agora a Emater do RS está coordenando o primeiro projeto de recuperação de APP no estado e tiveram dificuldade de convencimento das Direções, que não tinham conhecimento sobre o tema. Devemos criar uma estratégia que seja aderente nessas instâncias.

Rejane Marques Mendes | Casa Civil da Presidência da República

- O Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo está sendo discutido neste momento na Casa Civil e tem representantes do setor agropecuário (CNA e Contag) e dos Quilombolas e Povos Indígenas (Povos e Comunidades Tradicionais). A Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e o CIMAN (Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional), órgão que já existe, é de caráter operacional que é vinculado ao Comitê de Manejo Integrado do Fogo e são exemplos de sistemas que atuam no combate a incêndios e podem contribuir como inspiração para o desenho da governança. Existe a possibilidade de **replicar a estrutura do CIMAN em outros biomas, adotando uma lógica de centro multiagências.**

Pollyana Andrea Born | Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema

- O PLANAVEG está apoiado em três principais leis: LVPN, SNUC e PNGATI. Sugestão de tentativa de estabelecimento de uma **ponte com o poder legislativo para apoiar a implementação do PLANAVEG.** Apesar de não estar bem claro como isso poderia ser feito, talvez fosse importante uma aproximação com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

Fernando Castanheira | Serviço Florestal Brasileiro

- Sugestão de **pactuar metas a nível estadual e depois desagregar para os municípios, que são atores centrais da implementação das políticas.**

- Utilização dos **OEMAs (Órgãos Estaduais de Meio Ambiente) para validar cadastros e garantir o compromisso com a análise.**

Rodrigo Junqueira | Aliança pela Restauração na Amazônia

- Destacar a relevância das **representatividades discutidas e mencionadas.**
- Sugestão de **apresentar o Planaveg no Conselho (Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).** Informar sobre o que está sendo feito e o que está prestes a acontecer para impulsionar as ações.
- Identificar os **mecanismos e estratégias para monitorar o progresso.**

Julie Messias | Secretaria de Meio Ambiente do Acre

- Experiência de tentar trazer o PLANAVEG para os próprios estados. Ainda existe uma distância com a dinâmica real dos territórios.
- **Importância de alinhar o PLANAVEG com planos estaduais,** como o exemplo do Estado do Pará, que já possui um plano definido. E para o que o estado do Acre está direcionando seus esforços.
- Necessidade de envolver todos os **atores chave na elaboração dos planos estaduais e garantir monitoramento contínuo das ações implementadas.**
- Cuidado com a **implementação prática de mecanismos inovadores e a necessidade de evitar a criação de editais vazios na restauração e estabelecimento da cadeia de valores.**

Jaíne Cubas MAPA

- Os atores envolvidos seguem sendo os **ministérios e o MMA encabeçando e assim formulando as diretrizes em conjunto.** A **Embrapa também deve figurar mais fortemente,** até pelas atividades desenvolvidas com recuperação, restauração e as informações técnico-científicas, plataformas de dados e serviços que detém em relação à essa agenda.
- Sobre as responsabilidades **podemos verificar a aderência** e a possibilidade de ajustar/afinar com os comitês existentes nas esferas subnacionais relacionados a outras políticas em andamento no MAPA, a exemplo dos comitês estaduais do plano Abc+.
- As **reuniões do Abc+ são excelentes oportunidades para envolver o setor produtivo,** secretaria de agricultura, federações. São grupos gestores bem engajados. As superintendências do mapa nos estados estão nos grupos gestores do Abc+.

Após a conclusão das falas, André Aquino ressaltou o desafio de coordenar os diferentes instrumentos de restauração, garantindo que sejam combinados no momento e sequência corretos, e destacou a importância de garantir que a oferta e a demanda se ajustem

adequadamente no território. Fabíola Zerbini encerrou reforçando o papel da CONAVEG na articulação com os ministérios e ainda na integração com judiciário ainda não mencionado na reunião. Destacou a relevância de integrarmos duas camadas de governança, uma que conecte com os estados e municípios - como atores centrais das políticas públicas locais de forma coordenada com as políticas federais -, e outra conectando as redes e coletivos biomáticos como espaços de ação e integração, que trazem inteligência territorial, prática - e facilitam a implementação efetiva das estratégias transversais.

5. PRÓXIMAS ETAPAS DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANAVEG

Em função dos encaminhamentos acordados, aportes e contribuições manifestados e calendário de conclusão do processo de revisão e publicação, Fabíola Zerbini falou sobre os próximos passos da CONAVEG:

02 de setembro [segunda feira] envio de email para membros com:

- Memória da II Reunião Ordinária da CONAVEG com pedido de aprovação
- Pedido de manifestação de disponibilidade considerando as propostas de data para a III Reunião Ordinária da CONAVEG a se realizar em outubro/2024.
- Pedido de reações sobre eventuais ajustes na indicação de Responsáveis (estratégias) e Corresponsáveis (Arranjos de Implementação) na versão preliminar do PLANAVEG 2025-2028.

06 de setembro [sexta feira] | Prazo final para reação/aprovação da Ata da II Reunião Ordinária da CONAVEG, e de manifestação sobre data da III Reunião Ordinária e indicação de eventuais ajustes nas responsabilidades.

09 de setembro [segunda feira] | envio de e-mail para membros com:

- Versão preliminar do PLANAVEG a ser submetida à consulta pública já com a incorporação de indicações feitas na II Reunião Ordinária e por Email (em relação às responsabilidades).

Em 09 de setembro | início da consulta pública

Em setembro | desenho da proposta de governança de implementação

- Elaboração de propostas/modelos de Governança de Implementação do PLANAVEG, a partir de recomendações feitas na II Reunião Ordinária
- Reunião / seminário técnico com membros da CONAVEG e observadores interessados para aprimoramento das propostas - em data a ser confirmada posteriormente.

Em 29 de setembro | término da consulta pública

Em 07 de outubro | envio de e-mail para membros com:

- Proposta de versão final do Planaveg
- Agenda detalhada da reunião e demais orientações

Nos dias 11 ou 16 de outubro | III Reunião Ordinária da CONAVEG

- Indicação de pauta preliminar: (i) aprovação da versão final do Planaveg 2025-2028, (ii) aprovação de eventuais revisões de composição e estruturação/funcionamento da CONAVEG [planos de trabalhos das CCTs]

21 de outubro a 01 de novembro | COP da Biodiversidade

- Lançamento (político) do PLANAVEG - data a ser definida (Secretariado da COP CBD e/ou Espaço Brasil)

Próximos Passos Pós-Aprovação do PLANAVEG:

Já foram obtidos recursos com um parceiro de cooperação internacional para a construção e implementação do PLANAVEG. O objetivo é precificar o plano, trazendo uma dimensão tática e operacional para avaliar efetivamente como o PLANAVEG será transformado em ações concretas e qual será o custo para o país.

6. INFORMES

O momento final da Reunião foi dedicado aos avanços da Iniciativa *Restaura Amazônia*, com apresentação **Tereza Campello, Diretora Socioambiental do BNDES**, que marca o início do **Arco da Restauração**. Lançado no final do ano passado na COP 28, o projeto visa transformar o atual arco do desmatamento em um novo arco de restauração na Amazônia.

A primeira fase do projeto, com horizonte até 2030, tem como meta restaurar 6 milhões de hectares na Amazônia, com um investimento total de R\$ 51 bilhões, dos quais R\$ 450 milhões são provenientes do Fundo Amazônia. O território será dividido em três grandes blocos regionais: 1) Amazonas, Acre e Rondônia; 2) Mato Grosso e Tocantins; e 3) Pará e Maranhão. Os recursos poderão ser aplicados em UCs, TIs, Áreas Quilombolas, Assentamentos e áreas públicas não destinadas, além de propriedades de agricultura familiar. Também será possível mobilizar recursos adicionais de parceiros.

Os parceiros gestores terão o papel de auxiliar o Ministério do Meio Ambiente (MMA) na gestão do território de restauração, definindo quais territórios e políticas públicas serão implementadas, mas não executarão a restauração diretamente. A próxima etapa inclui o lançamento de um pacote de editais para a seleção desses parceiros gestores. A meta para o período de 2030 a 2050 é restaurar mais 18 milhões de hectares, com um investimento adicional de R\$153 bilhões.

Após a apresentação de Tereza, Raimunda Nonata Monteiro, Secretária Adjunta do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, trouxe contribuições baseadas no trabalho do Conselho em relação à recuperação de áreas degradadas, que envolveu um esforço de três meses para ouvir instituições e analisar políticas existentes, incorporando sugestões de diversos setores, como agronegócios, indígenas e agricultura familiar.

Ela explicou que, embora o país esteja no caminho certo com a reconstrução de políticas e programas bem desenhados, os principais entraves identificados incluem questões relacionadas a crédito, assistência técnica e apropriação social de tecnologias. Esses obstáculos foram apontados como críticos para o sucesso de programas anteriores, como o de conversão de pastagens degradadas (referenciado pelo ABC+) do MAPA, bem como para o PLANAVEG.

Raimunda Nonata enfatizou a necessidade de uma estratégia nacional, semelhante ao PPCDAM e PPCerrado, que congregue metas e meios de implementação, resolva entraves e permita a publicação anual das metas alcançadas. Essa abordagem ajudaria a motivar a sociedade a atingir mais metas. A estratégia de implementação de políticas deve responder às demandas de atores em cada escala e ser territorializada, considerando questões como a produção de água e florestas, e a situação das bacias prioritárias para restauração. Também foram abordadas questões tecnológicas, como irrigação, e a necessidade de compreender os custos associados, especialmente em um contexto de crise hídrica e mudanças climáticas.

Em relação à governança, foi destacada a importância de uma representação efetiva das organizações locais, centralizadas em redes temáticas, para garantir maior engajamento e adoção social. É crucial que as instâncias de apoio dialoguem com setores produtivos em cada região, estado e município, para promover uma integração mais eficaz.

Após as considerações de Raimunda Nonata, Luciano Mansor de Mattos, Coordenador do programa Floresta Produtiva do MDA, oferece insights sobre o planejamento e execução dos recursos destinados ao PLANAVEG. Ele destacou que, à luz da apresentação de Campello, é crucial definir um cronograma detalhado para a execução dos R\$ 450 milhões, de forma a garantir clareza sobre metas e espaços temporais. Luciano sublinhou que esse valor representa apenas 1% do custo total do PLANAVEG e discutiu a necessidade de um planejamento técnico e político mais aprofundado.

Ele enfatizou a necessidade de envolver movimentos sociais e representantes da agricultura familiar, como o MST, na formulação e implementação das políticas, garantindo que as ações sejam feitas com base e não apenas para a base. Luciano ainda comentou sobre o lançamento da ANATER no contexto do Projeto Inaugural do Floresta Produtiva no estado do Pará, e a relevância de fortalecer a participação das esferas municipais na execução das políticas.

Fabíola retomou a palavra para fechar a reunião. Ela comentou que a sessão de informes trouxe boas notícias sobre o progresso do PLANAVEG e destacou a importância de revisar o plano para definir recortes metodológicos e territoriais, estabelecendo premissas claras. Fabíola enfatizou

que esse processo visa organizar pactos e ações, criando um arcabouço que espelha e otimize os resultados.

No encerramento, Fabíola agradeceu a todos os parceiros pelo comprometimento e confiança, reforçando a importância do trabalho colaborativo para o sucesso do PLANAVEG. Ela reafirmou o papel crucial de cada participante na continuidade e efetividade das ações propostas, garantindo que as próximas etapas sejam bem-sucedidas e alinhadas com os objetivos estabelecidos.

ANEXO 1 - Lista de participantes

MEMBROS DA CONAVEG

Representantes do Governo:

- Ministério do Meio Ambiente: Rita Mesquita
- Casa Civil da Presidência da República: Diogo Victor
- Ministério do Planejamento e Orçamento: Suiá Rocha
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos: Carlos Guedes
- Ministério da Agricultura e Pecuária: Fernanda, representando a Sra. Jaíne Cubas
- Ministério da Fazenda: Camila Stefani

Representantes das Associações de Meio Ambiente

- Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema: André Pellicciotti
- Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema: Pollyana Andrea Born
- Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema: Juliana Ortega

Representantes da Sociedade Civil

- Aliança pela Restauração na Amazônia : Rodrigo Junqueira
- Pacto pela Restauração da Mata Atlântica: Rubens Benini
- Articulação pela Restauração do Cerrado ARATICUM: Thiago Belote Silva
- Rede para Restauração da Caatinga (RECAA):Tatiane Menezes

A lista de presença completa, com membros e observadores, segue anexa - ANEXO 1.1.